



SINDIPETRO-LP SERÁ PALCO DE GRANDE ATO POLÍTICO DE ADESÃO AO FÓRUM POR VERDADE, JUSTIÇA E REPARAÇÃO

No dia 9 de novembro, às 14h, será promovido um ato político de adesão ao Fórum por Verdade, Justiça e Reparação. Este evento, de grande relevância, ocorrerá na sede do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, em Santos. O destaque da ocasião será o lançamento do livro “Petrobrás e petroleiros na ditadura: trabalho, repressão e resistência”, uma obra que mergulha na história de resistência dos petroleiros durante o regime militar, revelando aspectos cruciais sobre o impacto da ditadura na categoria e a luta por direitos ao longo de um período marcado por muita repressão política.

Em parceria com o IIEP – Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas, essa ação

visa não apenas fortalecer a luta por verdade, justiça e reparação, mas também unir esforços em prol da ressignificação da memória histórica do setor e na preservação dos direitos dos trabalhadores. O evento promete ser um marco para a valorização da história dos petroleiros e um passo significativo na busca por reconhecimento e reparação das injustiças sofridas durante a ditadura.

A mobilização conjunta é fundamental para garantir que as vozes dos trabalhadores sejam ouvidas e que os erros do passado não sejam esquecidos, destacando a importância de uma sociedade que se compromete com a verdade e a justiça.

COMISSÃO DA VERDADE E SUAS CONTRIBUIÇÕES

A Comissão da Verdade também desempenha um papel crucial nesse contexto, ao investigar e documentar as violações de direitos humanos durante o período da ditadura. Seus relatos e descobertas ajudam a fundamentar as demandas por reparação,

tornando-se um importante instrumento na luta por Memória, Verdade, Justiça e Reparação. O trabalho da Comissão é fundamental para a conscientização sobre os crimes cometidos e para garantir que tais atrocidades não se repitam.

O QUE É O FÓRUM?

O Fórum por Verdade, Justiça e Reparação é um movimento dedicado a incentivar a reivindicação de reparações por parte das empresas, promovendo ações reparadoras em prol dos vitimados. A atuação do Fórum se dá através da mobilização de grupos de interesse, incluindo sindicatos, movimentos sociais,

associações e centros de memória, que se organizam para levar suas demandas ao Ministério Público ou à Justiça. Essas iniciativas são fundamentais para pressionar por ações efetivas durante inquéritos e processos, contribuindo para a construção de um diálogo entre as vítimas e os estudiosos do tema.

UM CHAMADO À AÇÃO

Reunidos em junho de 2023, os vitimados e interessados na responsabilização dos algozes da ditadura decidiram pela criação do Fórum por verdade, justiça e reparação [asteriscos indicando negrito]. A história

de violência criminosa e cumplicidade entre o empresariado e a ditadura foi investigada pelo CAAF-Unifesp. Agora temos as armas da evidência histórica para exigir a REPARAÇÃO pelos crimes cometidos”

MEMÓRIA E JUSTIÇA: A LUTA CONTINUA

A luta por Memória, Verdade, Justiça e Reparação se torna ainda mais relevante ao denunciar a cumplicidade das empresas na história de violência que permeia o empresariado brasileiro e internacional. Essa afirmação de direitos é uma forma de dizer

“não” à impunidade do passado e um apelo claro para que as empresas que ainda violam direitos no presente sejam responsabilizadas. O Fórum busca impedir a repetição dos crimes e promover um futuro em que a justiça prevaleça.

COM RESPEITO AOS QUE LUTAM HÁ DÉCADAS PELA VERDADE E PELA REPARAÇÃO, O FÓRUM POR VERDADE, JUSTIÇA E REPARAÇÃO SE POSICIONA COMO UMA VOZ ATIVA NA SOCIEDADE, CONVOCANDO TODOS A SE UNIREM NA BUSCA POR JUSTIÇA E RESPONSABILIZAÇÃO, NÃO APENAS PELO PASSADO, MAS TAMBÉM EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NOS DIAS ATUAIS.



Reprodução: Internet

AS EMPRESAS QUE COOPERARAM COM O REGIME MILITAR

Durante a ditadura militar no Brasil, um conjunto de empresas, tanto nacionais quanto multinacionais, colaboraram ativamente com o regime autoritário, contribuindo para a repressão política e a violação de direitos humanos. Diversas investigações têm revelado o papel dessas empresas na sustentação do aparato repressivo, levantando questionamentos sobre sua responsabilidade histórica.

Na Baixada Santista a Petrobrás e a Companhia Docas de Santos foram protagonistas da repressão e perseguição aos petroleiros e portuários em seus locais de trabalho.

A **Companhia Docas de Santos** administrou o porto, fonte de crescimento para a cidade. Entretanto, ela esconde o seu lado mais perverso. No golpe,

o quartel general da ocupação da cidade e organização da repressão foi dentro da Docas. Desde o início do golpe foram constantes as operações militares nas instalações da empresa pela Guarda Portuária e pelo Departamento de Vigilância Interna (DVI), criado em 1966. O DVI foi criado especialmente para vigiar e reprimir os portuários que ou sassem se organizar por condições de trabalho melhores ou por uma outra sociedade. A supervisão autoritária ao trabalho, uma série de leis e decretos que desmantelam os direitos dos trabalhadores e fragilizam a organização sindical, a realização de crimes imprescritíveis, como torutra, as práticas antissindicais, a troca de informações sobre os trabalhadores com os ór-

gãos de repressão do Estado (DEOPS), são algumas graves violações de direitos humanos cometidas pelas empresas em Santos.

A **Petrobrás**, símbolo do desenvolvimento nacional, não apenas manteve relações estreitas com a ditadura brasileira, mas em outros países, como foi a ditadura de Augusto Pinochet no Chile. Presente em vários estados do Brasil, a Petrobrás foi o laboratório da repressão das empresas estatais na ditadura. Com prisões dentro da empresa, alojamentos adaptados a centros de tortura, refinarias servindo como casas de detenção, subnotificação de acidentes de trabalho, violações à liberdade sindical, a Petrobrás consolidou um modelo para a replicação da repressão a tra-

balhadores empregados em estatais em todo o país

Foram implicadas em práticas de delação e controle sobre os trabalhadores, com o intuito de sufocar movimentos sindicais e garantir um ambiente de trabalho submisso ao regime. Essas ações refletem uma estratégia comum entre empresas que visavam manter a ordem e os interesses do estado.

Essas revelações lançam luz sobre o papel das empresas na perpetuação de um regime que promoveu a violência e a repressão, levantando questões sobre a necessidade de uma REPARAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO por essas práticas que impactaram milhares de vidas durante um dos períodos mais sombrios da história do Brasil.

« A PETROBRÁS, SÍMBOLO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL, NÃO APENAS MANTEVE RELAÇÕES ESTREITAS COM A DITADURA BRASILEIRA, MAS EM OUTROS PAÍSES